Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

# A JUSTIFICADA CONFIANÇA

*"Em momento histórico extremamente complexo, quando a tônica, no quadro mundial, é a perplexidade e o sobressalto, em época na qual ganham corpo, em todos os horizontes, fatos ou fenômenos sociais, inéditos e complexos, está o Brasil, seguramente, entre as nações que, pela peculiaridade de suas condições físicas e geográficas, pelas virtudes de sua gente e pela capacidade revelada para encontrar, quanto aos seus problemas, econômicos, sociais ou políticos, as soluções mais condizentes com o interesse nacional, podem olhar para o futuro com justificada confiança."*

*Senhores Membros do Congresso Nacional:*

No período governamental, prestes a findar, seguiram-se, na ordem econômico-financeira, os postulados estabelecidos, desde o primeiro momento, pela Revolução de Março, cujo objetivo fundamental, neste particular, consistia em acelerar o crescimento da economia. Conduzida com objetividade e firmeza, essa política entrou, desde logo, a transformar a fisionomia econômica do País, cuja prosperidade, entre 1969 e 1973, alcançou os maiores índices da nossa história.

Sem se afastar da melhor teoria, consagrada pela experiência internacional, fundou-se o modelo brasileiro de desenvolvimento na realidade nacional, nos meios e recursos da Nação, nas suas peculiaridades e condicionantes. Aumentou-se, diante disso, gradualmente, a taxa de investimentos públicos e privados, sem comprimir-se o consumo, isto é, sem ônus excessivo para a geração presente, dirigindo-se essas inversões para os setores mais dinâmicos da economia, onde maiores os efeitos multiplicadores e mais equitativa a distribuição dos resultados.

Para se alcançar e manter, no seu nível médio, de dez por cento nos últimos seis anos, a taxa de crescimento, coordenou-se a ação governamental, programando-se criteriosa e racionalmente os gastos

do setor público e mobilizando-se a iniciativa privada, em clima de confiança e otimismo. Desdobraram-se, além disso, os métodos de formação da poupança nacional, aperfeiçoando-se os sistemas de captação de recursos internos. Procedeu-se, igualmente, à abertura do País para o exterior, tanto para atrair inversões diretas ou financiamentos, quanto para expandir as exportações, a fim de se garantir o volume crescente de importações, bem como a regularidade do serviço da dívida externa.

Intensificou-se, concomitantemente, a política de combate à inflação, dados os graves problemas que esta suscita. Sobre desorganizar o trabalho, sobre lançar os empregados contra os empregadores, sobre gerar incerteza e desconfiança, sobre produzir toda a sorte de desequilíbrios financeiros, sobre comprometer a continuidade do desenvolvimento, a inflação desencoraja a poupança, desestimula as iniciativas produtivas, destorce os investimentos e favorece operações de cunho meramente especulativo.

Especial empenho se aplicou na busca do equilíbrio orçamentário, reduzindo-se, gradativamente, o *deficit* do Tesouro Nacional, que, em 1972, significou apenas dois décimos por cento do Produto Interno Bruto. O *deficit* orçamentário desapareceu, todavia, em 1973, por completo — fato não ocorrente havia mais de vinte e dois anos —, para dar lugar a *superavit* de cerca de duzentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros.

O Tesouro Nacional que se constituíra, tradicionalmente, numa das maiores fontes de inflação, passou, bem ao revés, a suprir recursos às autoridades monetárias e, bem assim, a gerar meios pecuniários de caráter suplementar provenientes da colocação de

títulos públicos federais, contribuindo, assim, de modo ponderável, para reduzir as pressões inflacionárias.

Melhorou-se, por via da legislação fiscal, o sistema da correção monetária, propiciando-se meios para a formação da poupança do público por intermédio da rede financeira. Quanto às empresas, facultaram-se, mediante reavaliação dos valores contábeis, concernentes tanto ao ativo fixo, como ao capital de giro próprio, maiores possibilidades de capitalização por meio do reinvestimento de lucros.

Na década de 50, a taxa de formação bruta de capital fixo esteve entre treze e dezesseis e meio por cento. Nos últimos anos, entretanto, essa mesma taxa se elevou para cerca de vinte e dois por cento, dos quais aproximadamente dois por cento correspondem a recursos originários do exterior. Atingiram-se, por conseguinte, do ponto-de-vista quantitativo, as condições indispensáveis para assegurar crescimento acelerado e permanente, porque apoiado, de maneira fundamental, em recursos gerados dentro da própria economia nacional.

Condicionou-se o ingresso de capitais estrangeiros — de investimento direto — a prévia e rigorosa avaliação dos seus benefícios e sujeitaram-se os financiamentos obtidos no exterior a estrito processo de administração e controle pelo Banco Central. Dilataram-se, ainda, cuidadosa e convenientemente, os prazos da dívida externa, utilizando-se, para isso, entre outros meios, incentivos fiscais. Diminuiu-se, também, o custo dos empréstimos e multiplicou-se a capacidade de absorção dos recursos obtidos.

A dívida externa deixou de ser elemento aleatório para se converter em valioso instrumento de cooperação no esforço nacional, como parte inte-

grante e previamente programada da política econômica. Acordos tributários com outras nações, celebrados segundo nova diretriz, favoreceram a entrada de capitais, bem como a redução dos custos dos financiamentos e da tecnologia importada.

Equacionados os problemas quantitativos da formação de capital, cumpria, outrossim, com o mesmo grau de prioridade, buscar, para os investimentos, modos mais racionais e eficientes de emprego, com o objetivo de se utilizarem, sob rendimento máximo, as vocações naturais da economia brasileira, estimulando-se o aproveitamento dos fatores de produção mais abundantes, assim como de todo o potencial da capacidade industrial instalada. Conduziu essa orientação ao apoio, largo e decidido, dos projetos de expansão agrícola, industrial e de exportações.

A estratégia agrícola teve em mira não só a exportação, mas, de forma prioritária, o abastecimento do mercado, concentrando-se os esforços na melhoria da produtividade, ponto nevrálgico do desenvolvimento econômico, senão a sua própria essência.

A serviço da agricultura nacional se colocou, assim, a política de crédito, como a política fiscal. Reduziram-se impostos, outorgaram-se incentivos fiscais, dispensou-se assistência técnica, distribuiu-se crédito abundante em benefício da atividade agrícola. Juros foram subsidiados, quer para aumentar os investimentos no setor agropecuário, quer para incrementar o uso de fertilizantes, quer para estimular o emprego de sementes selecionadas, quer, enfim, para a aquisição de defensivos, de máquinas e equipamentos agrícolas. No último qüinqüênio, a compra de tratores para atividade agrícola cresceu cinco vezes, elevando-se o consumo de fertilizantes em mais

de trezentos por cento. O alívio da carga fiscal sobre o setor se manifestou, de modo principal, pela sensível rebaixa do Imposto de Circulação de Mercadorias e pela virtual eliminação do Imposto de Renda pelo período de dez anos.

A assistência financeira do Banco do Brasil à agricultura — assistência que representa hoje quarenta e cinco por cento de suas operações — monta, atualmente, em mais de treze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros. Os empréstimos rurais do sistema bancário privado, nele incluídos os bancos estaduais, atingiram cifras de iguais proporções; aproximadamente dez bilhões de cruzeiros. Os repasses do Banco Central ao setor privado, somente para as atividades agropecuárias e agroindustriais, subiram, nos últimos quatro anos, de quinhentos e quarenta e quatro milhões para três bilhões e vinte e nove milhões de cruzeiros, representando acréscimo superior a quatrocentos e cinqüenta por cento.

Em decorrência dessa política, a nossa produção agrícola cresceu vinte e oito por cento no período de 1969 a 1972, a despeito da sensível redução das safras cafeeiras, já agora, no entanto, com perspectivas extremamente promissoras. Iguais perspectivas se abrem, de modo geral, no corrente ano, quanto ao conjunto das demais culturas agrícolas.

Para diminuir desequilíbrios regionais, concentraram-se esforços na execução de múltiplos e amplos programas, que estão destinados a mudar a face do Brasil. A ocupação de imensos espaços vazios implica a abertura de ilimitadas fronteiras econômicas, essenciais à consolidação do desenvolvimento nacional, pelo que significam em termos de criação de riqueza, alargamento do mercado interno de produção e con-

sumo, criação de novas frentes de trabalho e novas oportunidades de emprego, que minimizam os problemas da expansão demográfica e favorecem a geração de grandes excedentes de carne, de cereais, de frutas, de madeiras e de minerais, cuja colocação pode dizer-se assegurada no mercado externo, sequioso de alimentos e de matérias-primas essenciais.

Não se descurou, por igual, dos produtos tradicionais de exportação: ao mesmo tempo em que se encoraja, por todos os modos, a exportação de produtos manufaturados, procura-se, também, abrir todas as perspectivas para a exportação de produtos primários.

Não tem paralelo na história do Brasil a revolução que se operou, nos últimos anos, no campo das exportações, comparando-se os êxitos governamentais, a esse respeito, aos dos países de maiores e mais expressivos feitos nesse setor. Basta dizer que o aumento das exportações entre 1972 e 1973 — mais de dois bilhões e duzentos milhões de dólares — corresponde a quase o dobro da média das exportações totais do Brasil nos anos de 1958 a 1963.

Constituem as exportações, hoje, elemento estratégico de suma importância, porquanto mais grave talvez do que a crise de energia que agita o mundo seja o problema de escassez de alimentos e de matérias-primas naturais. Poderá o Brasil, entretanto, pela disponibilidade de recursos naturais, pela enorme reserva de terras agricultáveis, bem como pela abundância de mão-de-obra, colocar-se em posição privilegiada como nação supridora dos mercados internacionais. A política de exportações seguida pelo Brasil, nos últimos anos, criou a consciência dessa possibilidade, tanto mais real quanto é certo que, pelas

estruturas e meios instituídos, a economia brasileira já se acha em situação excepcionalmente vantajosa perante o mercado mundial.

No que diz respeito à política de exportação de produtos manufaturados, o que se realizou, tanto no setor fiscal, como no creditício, não encontra similar em nenhuma outra experiência internacional. Entre as medidas mais importantes tomadas para incremento desse tipo de comércio, cumpre mencionar: a simplificação burocrática; os incentivos fiscais, assim na área federal, como na estadual; as facilidades de crédito para a produção exportável e para a exportação propriamente dita; os programas de estímulo à instalação e expansão do parque industrial voltado para a exportação; a criação da Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio; a regulamentação das «trading companies» e a instalação de agências do Banco do Brasil nas praças mundiais. Importa destacar, a seu turno, como pedra angular dessa política, a instituição da taxa de câmbio flexível, inovação básica, de influência decisiva na abertura para a economia mundial e no aumento da produção interna.

Essas realizações, que fizeram as exportações brasileiras crescerem trinta e sete e meio por cento em 1972, e cinqüenta e cinco e meio por cento em 1973, constituem hoje a infra-estrutura em que se apoiarão as exportações brasileiras nos anos vindouros, garantindo, sem solução de continuidade, ao contrário do que ocorria no passado, a sustentação do desenvolvimento econômico.

Nesse quadro de prosperidade, até hoje inigualado, na crônica da nossa história econômica, assume o mais alto significado a ocorrência, no Brasil, pela primeira vez, da falta de mão-de-obra em todos os

níveis, fato social que gerou sensível elevação do salário real dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que se cuida, no campo da saúde, de estabelecer nova política sanitária, para elevar, mediante processos racionais e eficientes, o padrão de bem-estar físico, mental e social da nossa população, trata-se também de expandir e agilizar os serviços de erradicação das enfermidades transmissíveis e de combater as enfermidades crônicas, provendo-se, para isso, grande soma de recursos.

Com o objetivo de acudir às populações de menor renda, instituiu-se o programa de assistência farmacêutica, que proporciona medicamento gratuito ou a baixo preço a milhões de brasileiros. Com pouco mais de dois anos de funcionamento, esse serviço estende o seu campo de ação a mais de dois mil municípios de todas as regiões do País, pondo ao alcance dos órgãos oficiais da saúde o remédio que os doentes, sem isso, não poderiam obter.

Mais de nove milhões de pessoas se valeram, somente em 1973, da ajuda prestada por esse serviço em estreita cooperação com os Estados e Municípios. Computados os atendimentos feitos em 1972, quando, no mês de abril, se inaugurou esse serviço, sobe para doze milhões e trezentos mil o número de beneficiários. Em regime de harmonia e eficaz descentralização executiva, as Secretarias de Saúde e outros órgãos setoriais levam o medicamento ao beneficiário, segundo as normas para tanto estabelecidas.

Concorreu o programa de assistência farmacêutica para o desenvolvimento das atividades de imunização, suprindo-lhes a totalidade dos antígenos necessários. Mais de vinte e oito milhões de doses de vacinas se forneceram aos órgãos federais e esta-

duais de saúde, possibilitando o desenrolar das medidas de prevenção da tuberculose, do sarampo, da poliomielite, da raiva, da difteria, da coqueluche, do tétano e da febre amarela.

Os produtos farmacêuticos — medicamentos e vacinas — entregues à rede distribuidora, em 1973, alcançaram, a preços de custo, montante próximo de sessenta e um milhões de cruzeiros. Se esses medicamentos tivessem de ser adquiridos aos preços vigentes no mercado, custariam eles quase cinco vezes mais, isto é, cerca de trezentos milhões de cruzeiros.

Embora o programa farmacêutico se concentre, por enquanto, na distribuição de medicamentos essenciais, busca, ademais, desenvolver, particularmente no que toca à indústria farmacológica, a tecnologia nacional, para conquista da necessária autonomia quanto à produção, no País, dos elementos indispensáveis à composição dos medicamentos.

São promissores os resultados já assinalados nas pesquisas para a síntese e produção, entre nós, de matérias-primas essenciais, bem como no aperfeiçoamento de técnicas e processos para a fabricação de produtos farmacêuticos, atestando os êxitos já obtidos, não só a alta qualificação das equipes de pesquisadores e dos institutos especializados empenhados nessa tarefa, como, por igual, o acerto da orientação ditada pelo Governo.

Segundo o censo de 1970, somente cerca de vinte e seis milhões de pessoas residentes em cidades recebiam água encanada. Para suprir essa grave deficiência, está em operação amplo programa, do qual participam ativamente Estados e Municípios, com o objetivo de proporcionar, até o fim da década, água de boa qualidade a mais de quarenta milhões de

brasileiros e de elevar, assim, para sessenta e seis milhões o número dos usuários do serviço de água. Pelo que já se realizou, até agora, nesse setor, pode dizer-se que se acha plenamente assegurado o êxito desse empreendimento, no qual se investem recursos de grande vulto. Também de suma relevância, no que concerne à saúde, é a ampliação do abastecimento de água, bem como de outros benefícios sanitários, às áreas rurais, a fim de se prevenirem doenças oriundas da precariedade das condições de higiene e, bem assim, de elevar o nível sócio-econômico dos que vivem no meio rural. Para avaliar-se, com objetividade, o alcance social desse programa, nada melhor do que atentar para o fato de que numa capital, como é o caso de Manaus, a implantação do sistema de tratamento de água fez com que, num ano, a mortalidade infantil caísse em cerca de sessenta por cento.

O investimento governamental no campo educacional se elevou a níveis sem precedentes, figurando o Ministério da Educação e Cultura, no orçamento federal, de 1970 a 1974, com ressalva somente de um ano, como o mais bem dotado de todos os Ministérios. As dotações orçamentárias foram aumentadas, de ano para ano, em proporções substanciais, para que se pudesse converter em realidade a democratização do ensino e assegurar, não apenas nominalmente, mas de fato, o direito à educação.

Cumpria incorporar ao processo educacional, com a maior urgência, milhões de crianças, na faixa dos sete aos quatorze anos, bem como resgatar do analfabetismo quase dezoito milhões de brasileiros com mais de quinze anos de idade, ou seja, um terço da população adulta.

Andou-se nesse sentido com tal rapidez que, em curto prazo, mediante a operação escola, levada

a todos os céus do País, a taxa de escolarização, na faixa dos sete aos quatorze anos, passou de sessenta e seis para oitenta e um por cento.

Reduziu-se, por sua vez, drasticamente, o analfabetismo dos adultos, diminuído, pela primeira vez, na história brasileira, em números absolutos. Dos dezoito milhões de analfabetos com mais de quatorze anos, existentes em 1970, restam, no limiar de 1974, pouco mais de treze milhões. Alfabetizaram-se, em três anos, cinco milhões e trezentos mil brasileiros, caindo de trinta e três para vinte e dois por cento a percentagem de iletrados relativamente à população adulta. A prevalecer a tendência revelada de 1940 a 1970, chegar-se-ia ao ano de 1980 com vinte e oito por cento de analfabetos naquela faixa. Em vez disso, graças à ação governamental e à notável receptividade do povo brasileiro quanto ao trabalho desenvolvido pelo poder público, o percentual de analfabetismo caía, já em 1973, para vinte e dois por cento. Saiu-se, paralelamente, da posição incômoda de país que permanecia entre os poucos ainda com educação obrigatória dos sete aos onze anos de idade, pois que se duplicou a idade do ensino obrigatório, distendida dos sete aos quatorze anos. Reformou-se, simultaneamente, a estrutura da escola de primeiro e segundo graus, unindo-se, neste particular, à vanguarda das nações que, na UNESCO, transformam a velha escola, elitista e acadêmica, na atuante escola democrática e preparadora para a vida, sem quebra da formação humanista.

Inovou-se, por outro lado, o processo seletivo para ingresso no ciclo universitário, criou-se maior número de vagas, especialmente no campo das áreas prioritárias, quais as de saúde, de tecnologia, de formação do magistério superior e de segundo grau,

assim como se incrementou a interiorização das escolas.

A proporção de universitários, que era de 374 alunos para cem mil habitantes, disparou, em razão das providências governamentais, para mil alunos por cem mil habitantes. Haverá, por conseguinte, no princípio do presente ano letivo, mais de um milhão de estudantes nos bancos acadêmicos, o que traduz crescimento, sem igual no mundo, de mais de trinta e cinco por cento ao ano.

Ao imprimir amplitude e vigor, sem similar, à sua política educativa, ao incrementar quantitativamente, em grau que jamais se alcançara, a prestação do ensino, ao envidar o melhor dos seus esforços em lhe aperfeiçoar a qualidade, quis o Governo, sobretudo, tornar a escola o instrumento por excelência da parificação de oportunidades, princípio em que repousa, fundamentalmente, a democracia social. Quis, de acordo com esse ditame de justiça, não só criar condições para melhorar a distribuição de renda, como preparar os brasileiros para se adaptarem, dentro de um mundo cada vez mais sujeito às pressões da ciência e da tecnologia, às mudanças sociais, que constituem um dos traços característicos da nossa época.

No terreno habitacional, aperfeiçoou-se o plano da casa própria, conferindo-se-lhe maior amplitude, a fim de se fazer frente aos problemas derivados do crescimento urbano, que se processa com rapidez cada vez maior.

Particular atenção se dispensou à situação das famílias mais pobres, instituindo-se plano especial para oferecer casa própria às de renda regular entre um e três salários-mínimos, ao mesmo passo que se determinavam providências para encaminhar a solu-

ção do problema habitacional enfrentado por famílias com rendimento inferior a um salário-mínimo.

Em dez anos, a partir de 1973, o País precisará construir, para famílias com renda regular entre um e três salários-mínimos, pelo menos dois milhões de moradias. Este enorme objetivo, que implica o investimento, a preços atuais, de cerca de trinta e um bilhões de cruzeiros, somente em obras de construção civil, equivale, aproximadamente, a um terço do esforço que, durante a década, se terá de fazer para atender à procura de moradias.

A produção de dois milhões de casas, limitadas quanto ao custo por força do nível de renda das famílias a que se destinam, somente será possível se o trabalho comum já em andamento nos três níveis de Governo assumir nova dimensão.

Cerca de vinte por cento do total de famílias urbanas no Brasil não possuem, contudo, renda regular correspondente sequer a um salário-mínimo. Trata-se, na maioria dos casos, de famílias que se deslocam da zona rural para se incorporarem progressivamente à força de trabalho urbana.

Para tais famílias, ainda em trânsito social, não se poderia cogitar de programa definitivo de habitação. Não só lhes faltam condições para adquirir e pagar regularmente a casa própria, como lhes falta, também, a opção definitiva pelo local de moradia.

Como o campo tende a liberar mão-de-obra na proporção em que absorve mais capital, impõe-se que as cidades se preparem para receber grande número de famílias de baixo nível de renda e para promovê-las sanitária e socialmente, no prazo mais curto e aos menores custos possíveis.

Conduziu este estado de coisas a que se estimulassem dois tipos de experiências com o objetivo de fornecer abrigo a famílias com renda abaixo de um salário-mínimo ou às que não dispõem de renda regular, embora, esporadicamente, possam vir a perceber renda média acima daquele nível. Entre essas famílias se incluem as que, obtendo renda média superior a um salário-mínimo, encontram dificuldade de comprometer maior parcela de sua renda, por força do número elevado de dependentes menores.

O primeiro tipo de experiência consiste em apoiar os Governos de Estado e as Prefeituras Municipais para que preparem, nas grandes cidades, loteamentos dotados de infra-estrutura mínima indispensável, com requisitos de educação, saúde, comunicações, transporte e segurança.

O segundo tipo de experiência, em favor das famílias com renda regular igual ou superior a um salário-mínimo, visa à urbanização de áreas já ocupadas por essas famílias, respeitando-se, assim, a opção de moradia já feita, mesmo a título precário.

Os rigorosos estudos geológicos, geotécnicos, jurídicos e sócio-econômicos levados a cabo na zona de Alagados, na Bahia, onde vivem cerca de dezesseis mil famílias, permitirão urbanizar totalmente a zona e, na prática, implantar uma cidade de mais de oitenta mil habitantes.

Este primeiro grande projeto de urbanização justifica o cuidadoso acompanhamento sócio-econômico que se lhe dispensa no intuito de aperfeiçoar a experiência e tentar repeti-la em outras grandes cidades brasileiras, onde áreas urbanas bem localizadas, por força de processo espontâneo e muitas vezes predatório de ocupação, se transformaram em

favelas, impondo aos seus ocupantes condições higiênicas e educacionais absolutamente inaceitáveis.

Novos e largos horizontes se rasgaram no universo da assistência social, em razão de medidas governamentais, que se singularizam, quer pela originalidade, quer pela eficácia. Milhões de trabalhadores, assim do setor privado, como do setor público, assim da cidade como do campo, se erigiram em beneficiários de prestações estatais, que repercutirão profundamente em nossa ordem social.

No quadro dessas providências figura o Programa de Integração Social, que objetiva integrar o empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, mediante participação cada vez maior nos resultados do progresso econômico. O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, inspirado também em propósitos assistenciais e distributivistas, garante aos agentes da administração e aos integrantes das corporações militares proveitos análogos aos dos que exercem atividades, como empregados, na ordem privada.

Estão cadastrados, atualmente, como participantes do Fundo de Integração Social, cerca de onze milhões e quinhentos mil trabalhadores, montando em cerca de quatro bilhões de cruzeiros os recursos já arrecadados. Estima-se que, até 1975, esses recursos subirão à casa dos nove bilhões de cruzeiros, implicando outorga de quota média, por trabalhador, se acumulada, de oitocentos cruzeiros, aproximadamente.

Quanto ao servidor público, acham-se inscritos, até agora, no fundo que lhes corresponde, cerca de três milhões de participantes, elevando-se os recursos já recolhidos a cerca de três bilhões de cruzeiros. Prevê-se que tais recursos atingirão, até 1975, oito

bilhões de cruzeiros, com uma quota média, para cada participante, de dois mil e quatrocentos cruzeiros, mais ou menos.

Consideradas em conjunto as parcelas referentes a esses dois fundos, tem-se que sobe a quatorze milhões e quinhentos mil o número de empregados e servidores já cadastrados. Por sua vez, a receita arrecadada, que soma, por enquanto, sete bilhões de cruzeiros, deverá, dentro em pouco, isto é, em 1975, chegar a dezessete bilhões de cruzeiros. Mostram essas cifras, com suficiente clareza, o que, em futuro próximo, representarão esses dois programas, seja para os seus beneficiários, seja para o nosso sistema econômico-financeiro.

O Programa de Valorização do Trabalhador Rural, ou PRORURAL, procura, de outra parte, preencher grave e antiga omissão verificada no tocante ao operário do campo, até então inteiramente desprotegido sob o ponto de vista assistencial. Para mitigar o desequilíbrio entre as populações rurais e as populações urbanas, cumpria dar àquelas tratamento mais justo, ainda que desse ato resultasse para as últimas algum sacrifício. Se do campo, onde mourejam cerca de quinze milhões de brasileiros, provém o alimento da massa populacional do País, e se, na pauta de nossas exportações, os produtos agrícolas figuram com realce, não se compreendia, em verdade, que o homem do campo continuasse proscrito dentro de sua própria terra e não gozasse da proteção e do amparo dispensados aos demais trabalhadores.

As prestações assistenciais desse programa, entre as quais, aposentadoria, pensão, serviços médicos e odontológicos, acodem, nesta altura, a milhões de brasileiros. Somente no que concerne a aposentadorias, por idade ou por invalidez, bem como a pen-

sões *post-mortem*, o número de beneficiários, em menos de dois anos, já anda por mais de milhão e cem mil, número a que importa acrescentar o dos pescadores, também incluídos entre os usufrutuários do PRORURAL. Cumpre salientar que, de acordo com o regime jurídico estabelecido, o trabalhador rural ou o pescador aposentado é o único brasileiro que, por morte, deixa, em nosso sistema assistencial, pensão igual ao provento da aposentadoria.

Traço comum a esses três programas — o de Integração Social, o de Formação do Patrimônio do Servidor Público e o de Valorização do Trabalhador Rural, programas que beneficiam larga faixa da população brasileira —, é que as vantagens por eles dispensadas não se acham vinculadas a qualquer contraprestação de caráter financeiro, assim como, em grande parte, não está sujeita a contraprestação pecuniária a assistência farmacêutica dada a milhões de pessoas, por intermédio da Central de Medicamentos. Cumpre-se, por intermédio desses programas, inelutável imperativo de justiça distributiva, que se realiza, no caso, por meio de amplo e vigoroso processo pelo qual as classes economicamente mais frágeis acentuam a sua participação na renda nacional.

Na área assistencial, sucedeu, ainda, a extensão do regime previdenciário aos empregados domésticos, antes sem qualquer amparo social, já estando inscritos como segurados quase trezentos e cinqüenta mil prestadores desse tipo de trabalho. Ainda na mesma esfera, registrou-se a concessão, por intermédio dos sindicatos, entre outubro de 1969 e dezembro de 1973, de setecentas e treze mil quatrocentas e sessenta e três bolsas de estudo a trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. Envolvem essas bolsas de estudo benefício da mais alta relevância, porquanto favore-

cem, de maneira decisiva, enorme contingente de trabalhadores, contribuindo para sua formação cultural ou profissional e para conseqüente elevação do seu *status* na comunidade a que pertencem.

Reforma introduzida na Lei Orgânica da Previdência Social elevou substancialmente os proventos de pensionistas e de aposentados. Não era possível, como se ressaltou, ao encaminhar o projeto desse ato legislativo, assistir, sem constrangimento, ao doloroso espetáculo de homens e mulheres, já avançados em idade, que recebiam menos de cinqüenta cruzeiros por mês, impondo-se, assim, dar-lhes tratamento melhor e mais humano. Diante disso, foram assegurados aos pensionistas ao menos sessenta por cento do salário-mínimo, e, aos aposentados, um percentual, que vai de setenta a noventa por cento do mesmo salário. Quer isso dizer, para dar um só exemplo, que um pensionista, com direito a cinqüenta cruzeiros mensais, passou a receber importância aproximada de cento e sessenta cruzeiros, vale dizer, mais do triplo do valor que anteriormente percebia.

Razões de natureza social inspiraram, outrossim, o delineamento da política de comunicações e de transportes.

No caso das regiões virgens — notadamente a região amazônica — os investimentos governamentais não se consideraram como aplicações específicas no setor das comunicações e dos transportes, mas como parte dos investimentos globais destinados a unir, de modo mais estreito, essa vasta porção do nosso território, econômica e socialmente, à comunidade nacional.

Iniciou-se em 1969, para romper o isolamento em que a região se encontrava, a implantação do Sistema

de Telecomunicações da Amazônia, integrado ao Sistema Nacional de Telecomunicações, que compreende onze mil e quinhentos quilômetros de microondas em visibilidade do Norte ao Sul do País a cinco mil e cem quilômetros em troncos de microondas em Tropodifusão, que atravessam toda a Região Amazônica. O sistema é usado igualmente para a televisão, telex, teletipo, processamento de dados, radiodifusão educativa e educação cívica, proteção ao vôo, meteorologia, climatologia, orientação agrícola e telegrafia. Em 1972 concluíram-se os últimos troncos principais do sistema, permitindo definitiva integração da área ao Sistema Nacional.

Presidiu, invariavelmente, à elaboração de projetos rodoviários relativos à Amazônia o intento superior de ocupar a região, preencher-lhe os vazios demográficos, utilizar neles parte da mão-de-obra excedente em outras áreas. Significativo plano de colonização acompanhou sempre, desse modo, a extensão da rede viária, com o fito de fixar o homem nesses espaços.

Estabeleceu-se, além disso, adequado sistema viário no concernente a outras regiões que, possuindo expressivo potencial econômico, tinham entravada a circulação da sua riqueza pela dificuldade de acesso aos centros consumidores. Abriram-se para essas regiões, assim, novos horizontes, condizentes com a vida moderna e com o interesse do País.

Prevaleceu esse mesmo propósito na concepção dos projetos relativos às regiões mais desenvolvidas, pois, na sua avaliação, não se tomaram em conta somente os benefícios econômicos proporcionados diretamente aos usuários das rodovias, mas as vantagens sociais logradas pelas populações das áreas

servidas pela expansão do sistema de transporte. Juntamente com o incentivo à criação e circulação da riqueza, o que se teve em mira, nas obras efetuadas nesse setor, foi colocar ao alcance de cada cidadão, e da comunidade em que a sua vida transcorre, os bens, materiais e culturais, que o progresso econômico e social pode oferecer.

Convocaram-se, pois, todas as energias, usaram-se todos os recursos, materiais e humanos, para fazer com que a revolução quantitativa, efetuada pelo crescimento da economia, se convertesse por igual em revolução qualitativa, expressa pelo desenvolvimento social. Aos esforços para promover o progresso econômico juntou-se o trabalho imaginativo e inovador, para melhorar a qualidade de vida, chegando-se, nesse duplo combate, aos limites do possível. Batalhou-se, em suma, arduamente, para modernizar, com rapidez, a sociedade brasileira, dentro do princípio de que a abundância só adquire sentido se colocada a serviço da justiça social, da melhoria das condições de vida, da expansão das qualidades humanas, da atenuação das disparidades individuais e regionais.

Em face das mudanças que inevitável e necessariamente acarreta, diante das expectativas que suscita, em razão das frustrações a que pode dar lugar, em conseqüência das desigualdades que, pelo seu próprio dinamismo, tendem, por vezes, a exasperar, o crescimento econômico se converte, não raro, em perigoso fator de instabilidade social e política. Entre nós, não se conheceu, porém, a intranqüilidade, que o processo desenvolvimentista, em regra, produz. Conjugando-se, adequadamente, a criação de riqueza com o progresso social, instaurou-se, no País, clima de ordem, de paz, de harmonia e de segurança, que faz a felicidade da nação brasileira.

Em momento histórico extremamente complexo, quando a tônica, no quadro mundial, é a perplexidade e o sobressalto, em época na qual ganham corpo, em todos os horizontes, fatos ou fenômenos sociais, inéditos e complexos, está o Brasil, seguramente, entre as nações que, pela peculiaridade de suas condições físicas e geográficas, pelas virtudes de sua gente e pela capacidade revelada para encontrar, quanto aos seus problemas, econômicos, sociais ou políticos, as soluções mais condizentes com o interesse nacional, podem olhar para o futuro com justificada confiança.

Na vontade política do povo brasileiro se tem apoiado, constante e firmemente, a autoridade em que se investiu o regime vigente para conferir unidade, eficiência e rapidez à tarefa de modernização de nossa sociedade, tarefa só exeqüível dentro do novo estilo que se imprimiu, desde março de 1964, à gestão do interesse coletivo.

Expressa em todas as esferas e setores da vida nacional, essa vontade se manifestou, sempre, com o maior relevo, por meio dos condutores políticos que, nesta preclara assembléia, se congregam em torno dos ideais perseguidos pelo Governo, ao qual não faltou, em nenhum momento, a solidariedade e a cooperação do órgão legislativo para a execução dos grandes planos e programas empreendidos em favor da comunidade brasileira.

Ao realçar, como ora faço, a cordialidade que presidiu, ao longo de todo o meu mandato, às relações entre Executivo e Legislativo, cumpro, ainda, o dever de prestar ao Egrégio Congresso Nacional maior reconhecimento pela inestimável solidariedade e ajuda com que essa ilustre corporação política me distinguiu, no exercício do cargo de Presidente da República.

Conto que o apoio a mim invariavelmente dispensado continue a ser deferido, com igual devoção e discernimento, ao meu ilustre sucessor, GENERAL ERNESTO GEISEL, a fim de que o novo Chefe do Poder Executivo, a ser empossado no dia 15 deste mês, encontre, na representação popular, o concurso de que há mister para levar a termo a grande obra administrativa, econômica, social e política, que, pelos seus raros predicados, intelectuais e cívicos, está fadado a realizar como Presidente do Quarto Governo da Revolução.

---

Mensagem remetida pelo Presidente MÉDICI ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa de 1974, a 1º de março.